

FMI quer correção de rumo no acordo com Brasil

Meta de superávit primário pode subir. Armínio diz que país iria melhor com ajuste e diretor do Fundo elogia BC

José Meirelles Passos,
Eliane Oliveira, Toni Marques
e Maria Luiza Abbott

• WASHINGTON, BRASÍLIA, NOVA YORK e LONDRES. O Fundo Monetário Internacional (FMI) já trabalha com a possibilidade de fazer, no próximo mês, o que chama de “correção de rumo” no acordo firmado com o Brasil em agosto. Uma re-discussão das metas do primeiro trimestre de 2003, a serem cumpridas pelo novo governo, deverá ser o tema principal das reuniões que técnicos do Fundo farão com a atual equipe econômica e — pela primeira vez na História — com representantes da futura administração. A análise, em caráter confidencial, foi feita ontem por um alto funcionário do FMI. A fonte, no entanto, não quis falar sobre as possíveis alterações no acordo.

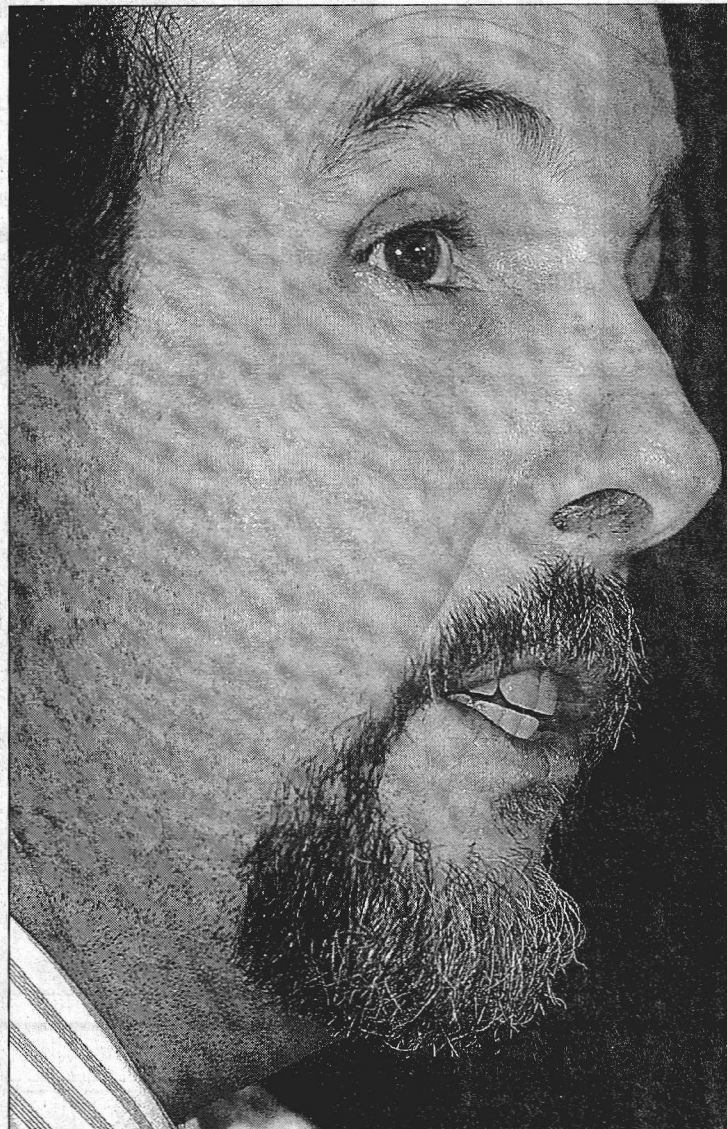
— É natural que depois dessa intensa pressão que o mercado vem fazendo sobre o país, e que já causou alguns estragos, seja preciso reavaliar a situação e buscar as providências mais adequadas para reequilibrar o pacote. Mas o FMI não duvida que o novo governo deixará de tomar as medidas necessárias. Não existe ceticismo de nossa parte — disse a fonte.

Governo está analisando a necessidade de novo ajuste

Oficialmente, o Fundo só declara que a situação no Brasil está sob controle, apesar das pressões que obrigaram o Banco Central a elevar os juros dias atrás. E prevê que a primeira revisão trimestral do acordo será cumprida.

— Temos de supor que a revisão irá bem. Quanto ao que virá depois, não poderíamos comentar neste momento com base em hipóteses — disse Bill Murray, porta-voz do FMI.

O governo também está avaliando diariamente as turbulências no mercado e, caso a instabilidade continue depois das eleições, pode fazer novos



ARMÍNIO FRAGA, presidente do BC: “Se o Brasil se ajustar, é melhor”

ajustes na economia. Hoje, a equipe econômica considera remota a possibilidade de um aumento na meta de superávit primário (receitas menos despesas, excluídos juros e correção monetária) deste ano, fixada em 3,88% do Produto Interno Bruto (PIB). Tampouco acham possível uma revisão da meta de 3,75% de superávit para 2003.

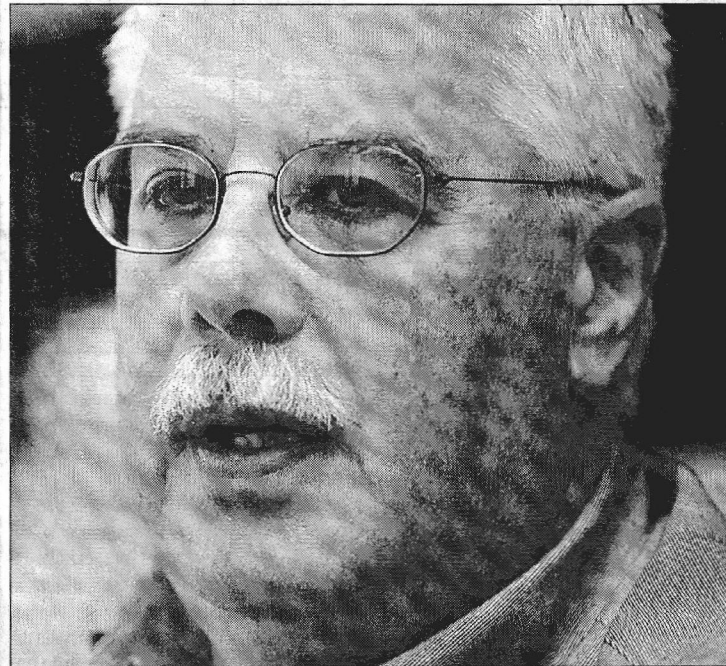
Políticos do PSDB, no entanto, não escondem a apreensão com a visita do Fundo em novembro para revisão trimestral. Aliados do candidato José Serra acreditam que a meta de superávit pode ser elevada para mais de 4% ainda este ano ou no próximo. O

próprio presidente Fernando Henrique Cardoso já estaria contando com essa hipótese.

Um fator que vai pesar nas avaliações do Fundo é que, com o novo Congresso, será mais difícil para o presidente eleito aprovar projetos e reformas estruturais. O acordo com o FMI estabelece que, até março de 2003, sejam encaminhadas ao Legislativo alternativas para compensar a perda de receitas com a redução da alíquota da CPMF de 0,38% para 0,08% em 2004 e a rigidez na aplicação dos recursos orçamentários com o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Para o economista Affonso

AFP/ 9-10-2002



PASTORE, ex-BC: “Se a política fiscal não mudar, alta do dólar permanece”

Entenda o esforço fiscal

• O esforço fiscal é importante para evitar o crescimento da dívida pública. No acordo com o FMI, o país se comprometeu a obter um superávit fiscal primário (receitas menos despesas do governo, sem contar o pagamento de juros e correção monetária) de 3,75% do PIB

em 2003. Quanto maior o superávit, mais dinheiro o governo está economizando para pagar o que deve. É uma maneira de frear o aumento da dívida e tentar resgatar a confiança do mercado, mostrando aos credores que o Brasil tem como honrar seus compromissos.

Celso Pastore, ex-presidente do BC, o próximo presidente terá de formular um programa para gerar superávit primário e equilibrar a relação entre a dívida pública e o PIB. Para ele, a moeda americana só vai ceder se o próximo governo — seja de Luiz Inácio Lula da Silva ou de José Serra — se engajar para atingir a meta:

— Se a política fiscal não mudar, a alta do dólar permanece. A taxa de câmbio não é um fenômeno monetário, mas fiscal. Com uma meta calibrada para estabilizar e reduzir a relação dívida/PIB, não tenho dúvida de que o risco país cai e o câmbio cede.

Em Nova York, o presidente

do BC, Armínio Fraga, disse que o impacto da desaceleração americana será menor se o Brasil ajustar sua economia. Armínio participou de um seminário patrocinado pelo JP Morgan, no qual estiveram o ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger e George Schultz, que assessorou os presidentes George Bush (pai) e Ronald Reagan, além de Bill Harrison, presidente do banco.

— Se o mundo se recuperar, é uma boa coisa. Mas, se o Brasil se ajustar, o peso é bem maior — disse Armínio.

O presidente do BC afirmou que o país se encaminha para o ajuste e a maior prova disso é

o encolhimento do déficit em conta corrente. Armínio não quis detalhar se os investidores pareceram otimistas em relação ao Brasil.

Já em Londres, o chefe do Departamento de Hemisfério Ocidental do FMI, Anoop Singh, manifestou seu apoio ao Brasil e à política do BC. Em seminário organizado pelo Institute of International Finance (IIF, a associação internacional dos bancos), disse que o BC tem alta credibilidade e que sua competência não deve ser questionada. Ele também defendeu os fundamentos da economia brasileira e classificou como excessiva a reação negativa dos mercados ao país.

— O BC tem grande capacidade e tem feito tudo o que pode para ajudar nessa transição. É importante não ficar questionando. Precisamos confiar neles — disse.

Diretor do Fundo diz que turbulência é temporária

Para Singh, a atual turbulência é temporária e será possível voltar às condições normais do mercado. Ele disse que o ajuste acertado com o Fundo já tem forte componente fiscal e elogiou o fortalecimento das instituições no país, como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas nos mercados predomina o pessimismo. No mesmo seminário, o chefe de Estratégia Soberana para América Latina do JP Morgan, Graham Stock, disse que o Brasil já está em recessão. Ele prevê queda de 1,5% para o PIB em 2003.

Durante o seminário, o chefe do Departamento de Hemisfério Ocidental do FMI defendeu as reformas feitas na América Latina nos últimos anos e disse que as políticas não falharam. Para Singh, é fundamental que a região retome uma trajetória de crescimento. Para isso, terá que conquistar a confiança dos investidores através do ajuste fiscal, num indício de que defende mais esforço por parte de países como o Brasil. ■

Diário de S.Paulo/ 7-6-2002